

# NOVOS DESAFIOS PARA AS ONGs



- ▣ **CÂNDIDO GRZYBOWSKY, do IBASE, aponta as perspectivas das ONGs numa sociedade planetária.**
  
- ▣ **BRADFORD SMITH, da Fundação Ford, discute os rumos da cooperação entre Estados Unidos e Brasil.**
  
- ▣ **A CARTA DE SÃO PAULO apresenta a identidade, os objetivos e as responsabilidades das ONGs latino-americanas.**

**OS ENTRAVES DA POLÍTICA NEOLIBERAL DO GOVERNO**

Por Paul Singer

**AVANÇOS E IMPASSES DA LUTA DAS MULHERES**

Por Sílvia Camurça e Márcia Lorangeira

# Limites da política liberal

*Com uma postura liberal, o governo aprovou propostas privatizantes no Congresso e avança contra direitos sociais, mas não conta com maioria parlamentar sólida, como demonstrou a derrota do projeto da Previdência*

PAUL SINGER

Nas eleições de 1994, as forças coligadas de centro-direita elegeram Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Dada a grande autonomia de que goza entre nós o chefe do Executivo, FHC poderia ter definido sua equipe de governo e seu programa enfatizando tanto o lado "social-democrata" como o lado "liberal" de sua coligação. Hoje, quinze meses mais tarde, está claro que sua opção foi pelo liberalismo, que predomina tanto no ministério quanto em suas propostas de reformas, que dão a tônica da atuação governamental. Por isso, parece-me que vale a pena referir inicialmente a visão do liberalismo contemporâneo sobre a reforma do Estado e os direitos sociais, pois ela lança luz sobre os projetos do atual governo brasileiro.

O pensamento liberal toma como ponto de partida a tese de que toda atividade econômica orientada pela competição em mercado tende a ser eficiente e ótima, no sentido de utilizar todos os recursos de modo racional e sem desperdício, dando ao produto a composição desejada pelo conjunto dos consumidores. Em contraposição, toda atividade econômica desenvolvida em regime de monopólio ou num regime que não visa maximizar o lucro tende a ser ineficiente e sub-ótima, no sen-

tido de utilizar mal seus recursos e compor seu produto de forma diferente da desejada pelos consumidores. Logo, cumpre privatizar as empresas estatais produtivas, que atuam em mercados competindo

festadas pelos consumidores, qualquer que seja a repartição da renda entre eles. Se, como acontece no Brasil, os 10% mais ricos dos consumidores se apoderam de metade da renda de todos e a metade

mais pobre ganha apenas 17% da renda total, o mercado competitivo vai produzir três vezes mais os bens e serviços demandados pelo décimo de cima do que os bens e serviços demandados pela metade de baixo. Se a repartição for resultado do funcionamento impessoal dos mercados, ela é legítima e não cabe ao Estado distorcê-la, por exemplo, subsidiando os serviços (eletricidade, telefonia, água e esgoto) consumidos

pelos pobres e sobretaxando os consumidos pelos ricos (mecanismo conhecido como "subsídio cruzado"). Além de não serem éticos, subsídios, ao ver dos liberais, também distorcem produção e consumo, ocasionando desperdício dos serviços ou bens vendidos abaixo de seu valor de mercado.

O liberalismo, por isso, se opõe ao acesso universal a serviços como educação, saúde ou saneamento gratuitos. O que ele admite é assistência social, preferencialmente sob a forma de uma renda mínima garantida, que induza os beneficiários a exercer sua racionalidade de consumidores nos mercados. Se isso não bastar, os liberais con-



Thierry Lefebvre

com empresas privadas, e também as empresas públicas ou de economia mista, que prestam serviços públicos mesmo que seja inevitavelmente em regime de monopólio.

---

*"O liberalismo se opõe ao acesso universal a serviços como educação, saúde ou saneamento gratuitos"*

---

Cumpre assinalar que o liberalismo concebe o ótimo como correspondendo às preferências mani-

cedem que haja alguma prestação de serviços sociais gratuita ou subsidiada apenas a pessoas destituídas de capacidade de pagar. O restante da sociedade deve adquirir todos os serviços em mercados competitivos.

Finalmente, o liberalismo concebe o desemprego como sendo sempre *voluntário*, ou seja, decorrente da recusa do trabalhador de vender sua capacidade de trabalho pelo salário que lhe oferecem. A justificativa para esta suposição é que, se houver livre competição no mercado de trabalho, o que significa nenhuma imposição legal que eleve o custo da força de trabalho, como salário mínimo, férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licença maternidade e paternidade, contribuição previdenciária, FGTS etc., qualquer trabalhador *sempre* encontrará alguma firma ou pessoa interessada em empregá-lo por algum salário acima de zero. Logo, se ele estiver desempregado é porque ou ele não quer abrir mão dos direitos trabalhistas que impõem um piso mínimo abaixo do qual o seu custo não pode cair ou então porque a remuneração que lhe oferecem não vale para ele o sacrifício de executar o trabalho. Portanto, o combate ao desemprego exige a redução ou flexibilização dos direitos trabalhistas.

Convém observar que o pensamento liberal é consistente e lógico, desde que se aceite sua base ideológica, o individualismo. Se concebermos que a sociedade só é livre se os indivíduos que a compõem forem livres, no sentido de serem autônomos e donos de seus destinos, livres para competir entre si e essa competição distribuir ganhos aos melhores e perdas aos que (por estas regras de jogo) seriam os piores - se concordarmos com esta visão, então as proposições acima sobre o papel do Estado e dos direitos sociais serão lógicas e irrefutáveis. Se partirmos de base

ideológica diferente, como a de que a sociedade será tanto mais justa quanto menos desigualdade houver entre seus membros e que a desigualdade produzida pelo funcionamento do mercado se explica menos pela desigual capacidade e empenho do que pela desigual dotação de recursos sociais dos agentes - então as proposições serão falsas ou no mínimo unilaterais e viesadas a favor dos socialmente privilegiados.

## REFORMA DO ESTADO

O atual governo federal enviou, desde sua posse, diversos projetos de mudança constitucional propondo a quebra de monopólios estatais em áreas como petróleo, telecomunicações, navegação

---

*"A estratégia do governo tem sido negociar a portas fechadas e em sigilo as propostas que pretende apresentar ao Parlamento"*

---

costeira e gás encanado. Estes projetos foram aprovados pelo Congresso por maioria superior a três quintos. Também foi aprovado projeto de mudança constitucional do governo que elimina a distinção entre empresa brasileira e de capital estrangeiro. Todos estes projetos estão amparados na ideologia liberal, à medida que pretendem tornar mais competitivos os mercados mencionados. Mas a ofensiva privatizante do governo não foi levada, por enquanto, às últimas consequências. Nas áreas vitais do petróleo e das telecomunicações, as atuais empresas estatais não serão privatizadas, mas irão deixar de ser monopolistas, passando a competir com empresas privadas, provavel-

mente joint ventures entre capitais do País e de fora.

A aprovação das mudanças constitucionais retira um grande obstáculo à reforma liberal do Estado, mas para que ela avance será necessário aprovar novas leis que definam as regras de competição nos mercados recém-abertos. Nessa nova etapa, é provável que a atual maioria parlamentar situacionista se divida. As forças mais à direita querem a privatização da Petrobrás e da Telebrás e suas controladas. Os ministros que representam o centro, no entanto, pretendem manter estas empresas com o Estado, posição com a qual o próprio presidente está comprometido desde a campanha eleitoral. No caso delicado das telecomunicações, pelo que se noticia, o ministro Sérgio Motta está propondo o teto de 49% do capital votante para a participação de capitais estrangeiros, limitação que vigora nos EUA, ao passo que o PFL é contra.

Embora as mudanças constitucionais já estejam promulgadas há algum tempo, nada da nova legislação reguladora foi proposto pelo governo. Esse atraso pode estar indicando dificuldades em superar divergências ideológicas e de interesses dentro da aliança no poder. A estratégia do governo tem sido até agora a de negociar a portas fechadas e em sigilo as propostas que pretende apresentar ao Parlamento. Mas essa negociação no regaço do Executivo não elimina a necessidade de nova negociação, dessa vez aberta, com todas as correntes ideológicas e todos os grupos de interesse, nas casas do Congresso. Essa nova negociação anula a anterior, pois o governo não possui apoio incondicional de 60% dos parlamentares de cada casa para qualquer projeto que ele apresente. De modo que, para montar a maioria de que necessita, o governo tem que aceitar alterações no projeto por ele apresentado, o que naturalmente

acaba com o acordo previamente fechado no interior do Executivo.

É interessante observar a incapacidade de FHC de liderar amplos debates com todas as forças sociais sobre as questões em que deseja obter medidas legislativas. Isso vale tanto para as reformas constitucionais discutidas acima como para as privatizações. Tome-se o caso da Cia. Vale do Rio Doce, que o governo federal já decidiu privatizar. É claro que há oposição a esta medida tanto por parte da oposição ideológica de socialistas e nacionalistas como por parte de interesses regionais, favorecidos pelos investimentos feitos pela CVRD e que podem correr perigo caso a empresa passe ao controle particular. Há um projeto de lei no Senado obrigando o governo a submeter a decisão de privatizar a Vale do Rio Doce ao Congresso. O governo é contra este projeto de lei, mas só conseguirá evitar sua aprovação se ganhar a opinião pública a favor da privatização. Mas nenhum esforço nesse sentido foi tentado, nem se espera que seja.

## DIREITOS SOCIAIS

O governo FHC até agora centrou seus esforços, nesta matéria, na proposta de reforma da Previdência Social e em inúmeros balões de ensaio a respeito da assim chamada "flexibilização" dos direitos trabalhistas. O projeto de reforma da Previdência segue fielmente o receituário liberal. A pretexto de reequilibrar financeiramente o sistema, corta benefícios, como a aposentadoria por tempo de serviço, e reduz os direitos de quase todas as categorias de segurados, além de separar a previdência da assistência social, que a Constituição unificou sob o conceito de seguridade social. A idéia básica da reforma está na privatização da Previdência ou da maior parte dela, transferindo-a ao mercado financeiro. Ficaria no setor público apenas uma Previdência de

pobre, obrigatória para todos mas destinada às camadas de baixa renda. Os assalariados acima dessa faixa seriam incentivados a constituir fundos de pensão administrados por intermediários financeiros, para elevar substancialmente o nível de poupança interna.



Thierry Lefebvre

Como seria de se esperar, a proposta suscitou resistência ferrenha dos segurados e de todos os setores organizados da classe trabalhadora, resistência esta que acabou inviabilizando o projeto do governo no Congresso. Em momento algum, o governo procurou debater, quanto mais negociar, com os diretamente interessados, exceção feita aos empresários, cujas lideranças apóiam com entusiasmo sua proposta. Quando ficou claro que esta se inviabilizara, mesmo com várias concessões incorporadas ao que seria o substitutivo a ser apresentado pelo relator, o presidente chamou as centrais sindicais para negociar. Teve lugar então uma verdadeira

---

*"O governo avança com uma proposta liberal, ganha apoio na mídia mas não na opinião pública"*

---

comédia de erros. As centrais, intimidadas pelas demonstrações de força parlamentar do governo, acei-

taram tomar o rascunho de parecer do deputado Euler Ribeiro como base para demandarem uma nova série de concessões, que foi rapidamente aceita pelo governo. O acordo com a CUT foi particularmente surpreendente, tendo recebido todo destaque dos meios de comunicação de massa. Encimada, a Força Sindical se retirou do acordo e a bancada do PT, notoriamente ligada à CUT, declarou-se contra o acordo por não ter sido consultada. A direção do PT interveio, do que resultou um endurecimento da posição de Vicentinho, que levantou novas exigências de concessões do governo. Após diversas idas e vindas, Vicentinho repudiou o acordo, acusando Euler Ribeiro de não ter respeitado seus termos, e mobilizou as bases para pressionar contra a aprovação do parecer, que acabou rejeitado pela Câmara por não ter atingido o quorum mínimo exigido para modificar a Constituição.

Não há espaço neste artigo para analisar esse episódio da forma devida, mas ele de certa forma é exemplar. O governo, fortemente apoiado pelos empresários, avança com uma proposta inteiramente liberal, ganha apoio na mídia mas não na opinião pública e acaba derrotado. Isso parece ser apenas o início de um processo, que promete ser longo. O Brasil, desde 1986, está mergulhado na elaboração constitucional. A promulgação da Constituição de 1988 foi apenas uma etapa. Seus dispositivos nunca foram aceitos pelos presidentes Collor, Itamar e FHC e estão permanentemente em discussão e reforma. Finalmente, forças mais amplas da sociedade civil estão despertando para a importância do processo e se envolvendo mais. Com isso, é possível que se feche o vácuo social, em que até há pouco o governo Fernando Henrique Cardoso vinha triunfalmente encenando sua marcha liberal. ■

ENTREVISTA: CÂNDIDO GRZYBOWSKY

## Os desafios do futuro

*O diretor-executivo do IBASE discute temas como as consequências da globalização e as mudanças que as ONGs deverão promover para se adaptar à nova realidade nacional e mundial.*

**Jornal da ABONG - Quais as tendências que deverão definir o futuro cenário social e político em que as ONGs atuarão?**

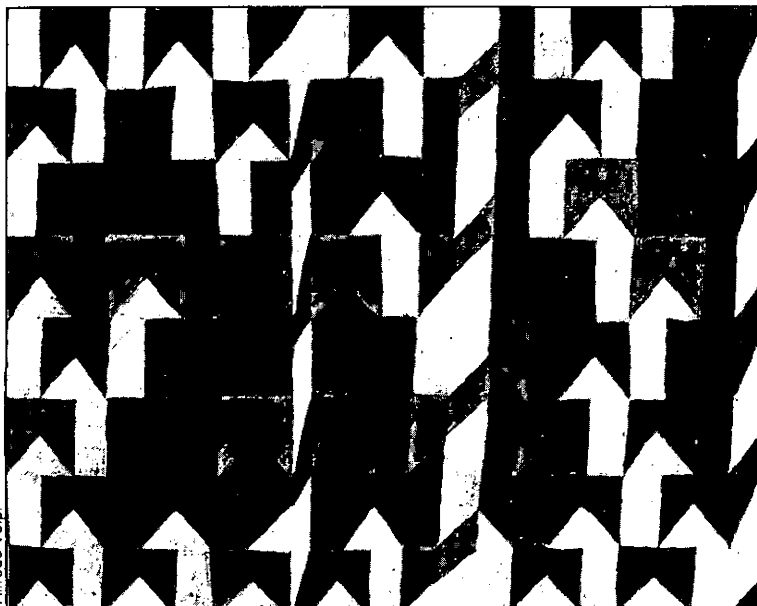
**Cândido** - As ONGs geralmente são fruto de um processo de co-operação internacional que hoje está em crise. Vivemos num contexto de globalização de caráter essencialmente econômico-financeiro. Essa mudança se impõe como um processo de ordem internacional que foge ao controle tanto dos Estados nacionais quanto de organismos multilaterais criados após a II Guerra Mundial. Porém, ao mesmo tempo que há uma dinâmica econômica, ocorre um processo social, político e cultural de constituição de uma sociedade

moção da cidadania, num contexto globalizado.

**Jornal da ABONG - E como as ONGs podem se situar nesse panorama?**

**Cândido** - As ONGs são uma criação muito recente e expressam

pouco na mão. Por outro lado, nossa atuação se tornou cada vez mais global, internacional e, nesse sentido, ligada a essa sociedade civil planetária. Então, nós devemos nos redefinir, em função das próprias tarefas que se impõem para a sociedade. A sociedade civil se forma a partir de relações e valores que não se reduzem ao mercado ou ao Estado. Por exemplo, o autoritarismo e o corporativismo, no caso brasileiro, ou a xenofobia em vários outros países, são fenômenos que nem a esfera estatal nem o mercado explicam. São valores que se desenvolvem no seio das sociedades civis e que devemos combater enquanto organizações cidadãs.



Alfredo Volpi

planetária, que não tem nação ou Estado por trás. Essa sociedade, em sua diversidade, afirma direitos comuns e a existência da cidadania planetária.

**Jornal da ABONG - Quais as mudanças que os Estados tendem a sofrer na atual situação?**

**Cândido** - O Estado poderá renunciar à capacidade de regulação econômica e exercer simplesmente um papel policial, adequando-se às propostas neoliberais do Estado mínimo. Ou poderá, então, ser reinventado para exercer um papel de pro-

a autonomia que as sociedades civis estão tomando face aos mercados e aos Estados. Elas também estão recebendo um impacto enorme das atuais mudanças e, por isso, devemos nos redefinir, ou simplesmente seremos cancelados pela História. Isso significa, em primeiro lugar, nos assumirmos como atores sociais. Nós surgimos muito imbricados em movimentos sociais, dentro de organizações de trabalhadores e populações excluídas. Mas, como esses setores estão adquirindo identidade e organizações próprias, estamos ficando um

Também devemos pensar que hoje, para agir de forma eficaz em nível local, precisamos pensar globalmente. Outra tarefa em que temos de pensar é a criação de organizações capazes de influir na formação de grandes movimentos de opinião pública.

**Jornal da ABONG - Existem exemplos dessas novas atitudes?**

**Cândido** - O orçamento participativo é um bom exemplo disso. Ele representa a participação em ações concretas na gestão local. Nós não substituímos o Estado, mas levantamos e politizamos a

questão do orçamento. Há "n" exemplos de espaços em que a sociedade assume seu papel, como a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria. Hoje, uma grande questão que se coloca é a construção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e ao mesmo tempo participativo, isto é, que não des-trua a ecologia e não exclua setores da sociedade.

**Jornal da ABONG - As ONGs brasileiras teriam algum desafio peculiar para superar nesse contexto global?**

**Cândido** - Precisamos lutar por uma espécie de estatuto próprio, que garanta o funcionamento de nossas entidades. Temos necessidade de um estatuto que reconheça que não somos Estado nem empresa, que não somos entidade de caridade nem igreja. Já estamos entrando nas empresas e temos sido convidados para alguns conselhos governamentais, mas devemos ser reconhecidos de direito e não só de fato.

**Jornal da ABONG - No contexto atual, de escassez de verbas, muitas vezes as ONGs precisam se tornar prestadoras de serviços para órgãos estatais e empresas privadas, sem perder seu papel questionador. Isso não gera problemas?**

**Cândido** - É claro que essa situação causa tensões. Mas eu não vejo problema no fato de a ONG ser prestadora de serviços. O que nos distingue é sobretudo nossa ação política e nossa característica de associação de cidadãos que se reúnem em torno de uma causa. E essa causa representa a atuação específica dessas organizações, voltadas para o debate público, a mobilização da opinião pública e a construção de hegemonia no sentido gramsciano, defendendo

idéias, questões e percepções. Precisamos manter parcerias e cooperação em nível planetário para captar novos recursos, mas essa não deve ser a principal base de nossa existência.

**Jornal da ABONG - Qual seria a diferença entre uma ONG que busca autonomia financeira e uma empresa que capta fundos para obras sociais?**

**Cândido** - Uma empresa produz bens e serviços cuja venda gera o lucro. Uma organização civil, como uma ONG, precisa de recursos para atingir seus objetivos políticos, culturais e éticos. Ela pode contar com cidadãos que a sustentem, como acontece no caso do Greenpeace e da Anistia Internacional - uma alternativa que, aliás, deveria servir de modelo para nosso País. Da mesma forma, também é possível pensar a "empresa-cidadã", que dá contribuições a uma organização civil voltada para uma atividade ligada à cidadania.

---

*"A publicidade de uma empresa em nosso jornal representa apoio à idéia de cidadania"*

---

**Jornal da ABONG - O que o IBASE vem fazendo na área de captação de recursos e busca de apoio para suas propostas?**

**Cândido** - O IBASE vende alguns produtos. A contribuição que alguém dá na compra de um livro nosso é uma forma de apoio político, porque não somos empresários, não existimos para vender uma mercadoria. Mas essa não é a principal opção de captação.

Há o apoio cultural dado, por exemplo, no caso de nossa agenda, que é financiada pelo Banco do Brasil e vendida. Outra alternativa que está produzindo bons resultados é a publicidade que recebemos no jornal que editamos, o *Jornal da Cidadania*. Na verdade, com a publicidade, a empresa não está se promovendo, mas sim defendendo idéias de cidadania. Temos também um programa de televisão chamado *Cidadania*, que é gerado pela TVE, no Rio. Ele está sendo bem aceito e conta hoje com o apoio do Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB. Além disso, nós possuímos o sistema de comunicação eletrônica Alternex. O IBASE tem toda uma série de conferências no Alternex sobre temas como direitos humanos, questões cidadãs e exclusão social. O usuário paga por uma assinatura e também pelo tempo de uso do sistema. Finalmente, estamos começando a entrar no campo de educação à distância, produzindo um conjunto de vídeos, livros, e outros itens dedicados à educação para a cidadania.

**Jornal da ABONG - De que forma todas essas iniciativas se refletem no orçamento do IBASE?**

**Cândido** - Nosso orçamento no ano passado foi de US\$ 4,5 milhões. Desse total, cerca de US\$ 1,4 milhão se originaram de receita própria, a partir da venda de produtos e serviços; US\$ 1,5 milhão vieram de doações nacionais, apoio cultural e publicidade e US\$ 1,55 milhão foram captados no exterior, em doações e cooperação. Esses números representam uma mudança radical, pois, há apenas dois anos, a cooperação internacional representava 80% do nosso orçamento. ■

ENTREVISTA: BRADFORD SMITH

# "As ONGs devem ser mais transparentes"

Representante da Fundação Ford no Brasil desde 1992, Bradford Smith volta para os Estados Unidos para assumir, em maio, uma das vice-presidências da entidade.

Nesta entrevista, Smith analisa questões como a cooperação entre norte-americanos e brasileiros e as mudanças no mundo das ONGs.

**Jornal da ABONG** - Como você vê a posição das ONGs diante das atuais transformações sociais e políticas?

**Smith** - De uma certa forma, as ONGs estão numa encruzilhada. No Brasil, muitas ONGs foram criadas num clima de oposição e, com a volta da democracia, as mudanças no mundo e a reformulação de diversos paradigmas, elas estão tendo que fazer uma transição para uma ação muito mais propositiva. Outro desafio para as ONGs é a questão da visibilidade. Hoje, a revista *Veja* e os jornais estão repletos de notícias sobre ONGs. Por um lado, isso ajuda a torná-las atores essenciais para a democracia.



Piet Mondrian

Mas, ao mesmo tempo, elas também ficam expostas a ataques e questionamentos, por exemplo, às suas estruturas e à origem de seu dinheiro. Muitas das cobranças são legítimas e as ONGs têm que ganhar maior transparência.

**Jornal da ABONG** - As ONGs brasileiras tenderiam a assumir um perfil semelhante ao de muitas ONGs latino-americanas, que se tornaram uma espécie de braço executivo da política do Estado, ou se manteriam numa posição mais independente?

**Smith** - Em meu próprio país, onde há muito tempo os governos em nível federal, estadual e municipal con-

tratam serviços das ONGs, essa é uma grande polêmica. O que se sabe é que todos entram nessa relação afirmando que vão manter sua autonomia. Agora, na medida em que essas entidades vão aumentando o percentual do seu orçamento através de contratos com o governo, fica

política de apoio das fundações norte-americanas?

**Smith** - Acho que as ONGs são parceiras privilegiadas das agências norte-americanas, tanto no Brasil como em outros países. No caso da área de pesquisa, por exemplo, tradicionalmente nós apoiamos universi-

dades e centros como o CEBRAP, mas hoje em dia também financiamos pesquisas feitas por ONGs. O escritório da Ford no Brasil sempre tratou o País como uma região em si, o que é raro na cooperação norte-americana. É muito diferente, por exemplo, do escritório de Santiago, que atende cinco ou seis países. No entanto, acho que a tendência geral da cooperação norte-

americana é privilegiar outros países, considerados mais necessitados.

**Jornal da ABONG** - Quais são as prioridades das fundações norte-americanas?

**Smith** - Meio ambiente é uma clara prioridade temática das fundações norte-americanas nos últimos anos, da mesma forma que a área da saúde reprodutiva. Outro setor que considero prioritário para a cooperação norte-americana é o de políticas públicas, não só na área econômica, mas em sua forma mais abrangente. E, por último, outro campo de cooperação que está crescendo é o de incentivo à filantropia.

difícil, às vezes, saber se continuam realmente autônomas. No Brasil, esse tema também é extremamente espinhoso. Eu me lembro que um dos números do *Jornal da ABONG* [o de nº 11] tratou do repasse de fundos públicos. Nessa edição, havia divergências, mas numa gama de opiniões muito estreita e com uma caracterização do governo bastante rígida e até mesmo um pouco irresponsável, definindo as autoridades como autoritárias e anti-sociais. As ONGs têm que ter muito cuidado para não misturar militância política com seu papel enquanto organizações.

**Jornal da ABONG** - Qual é a prioridade das ONGs brasileiras na

**Jornal da ABONG - Temas que eram enfatizados há algumas décadas, como a organização da sociedade, deixaram de ser prioritários?**

**Smith** - Da mesma forma que uma ONG brasileira ou de qualquer outro país elege suas prioridades, através de um processo de interação e de consulta a suas bases, as agências e as fundações norte-americanas fazem consultas a seus parceiros. Agora, com a globalização, as prioridades da cooperação das fundações, e também das próprias ONGs, são determinadas, cada vez mais, por tendências econômicas e sociais internacionais. Antigamente, havia uma ênfase na organização da população carente em movimentos sociais. Hoje em dia se leva mais em conta o conceito de sociedade civil, que é mais abrangente e talvez ainda mal definido, devido ao seu uso ser ainda recente. Esse conceito inclui ou pode incluir movimentos sociais, mas também envolve entidades formalmente organizadas, como as ONGs ou a OAB.

**Jornal da ABONG - Há números sobre as aplicações das fundações norte-americanas no Brasil?**

**Smith** - A Fundação Ford aplica aproximadamente US\$ 6 milhões por ano no País. Somando o que eu conheço sobre aplicações de outras fundações, os recursos devem ultrapassar os US\$ 30 milhões.

**Jornal da ABONG - As ações das agências norte-americanas e européias são complementares ou estão direcionadas para espaços e problemas diferenciados?**

**Smith** - Há alguns anos, a cooperação européia tinha uma ação mais mobilizada pela solidariedade política, enquanto a cooperação americana era conhecida por insistir em projetos que tinham metas, indicadores, avaliação. Porém, atualmente, as agências européias estão cobrando

cada vez mais das ONGs brasileiras o planejamento estratégico, indicadores, processos e avaliação de seus projetos. Nesse sentido, hoje em dia estamos muito mais próximos. Porém, a grande área em que talvez ainda somos muito diferentes é a da prioridade para a filantropia.

**Jornal da ABONG - Como você analisa a evolução do orçamento da Fundação Ford em relação ao Brasil?**

**Smith** - Ao longo dos últimos cinco anos, o orçamento destinado a projetos no Brasil aumentou gradativamente, passando de mais ou menos US\$ 4,5 milhões para US\$ 6 milhões. Além disso, a sede da Fundação nos Estados Unidos mantém uma parcela dos recursos num fundo de reserva, que é destinado para projetos especiais e oportunidades que surgem nos diversos países onde ela trabalha. O escritório no Brasil sempre tem conseguido aumentar o seu orçamento entre US\$ 1 milhão e US\$ 1,5 milhão, através do acesso a esse fundo de reserva. Esses valores representam mais ou menos 5% do total destinado a toda a área internacional da Ford.

**Jornal da ABONG - A Fundação Ford está passando por mudanças. Quais seriam essas inovações e que conseqüências elas terão para o nosso país?**

---

*"Os recursos das agências norte-americanas para o Brasil devem ultrapassar os US\$ 30 milhões por ano"*

---

**Smith** - As mudanças que a Fundação Ford está implementando são, basicamente, uma reorganização de prioridades. Estão sendo criadas três grandes divisões, que reúnem as

áreas temáticas em que a Fundação organiza seu trabalho. A primeira divisão se preocupa com programas que promovam a paz, a equidade e a governabilidade. A segunda divisão reúne educação, artes e cultura. E a terceira trata de problemas ligados a pobreza e comunidade. Nessa reorganização dos temas também há uma tentativa de criar estruturas cada vez mais internacionalizadas. A Fundação Ford gasta 65% dos seus recursos nos Estados Unidos, através de sua sede em Nova Iorque, enquanto os escritórios na América Latina, Ásia, África e, agora, Moscou, são responsáveis pelos outros 35%. Por isso, está tentando aumentar a parcela de recursos gastos no exterior e fazer com que os programas financiados, nessas diversas partes do mundo, tenham muito mais comunicação entre si, além de estimular projetos inter-regionais e intra-regionais: Sul-Sul, Norte-Sul.

**Jornal da ABONG - Quais serão suas perspectivas de trabalho na nova função que você está assumindo?**

**Smith** - Vou assumir a chefia de uma das três divisões programáticas da Fundação, a que trata de projetos de paz, equidade e governabilidade. Ainda estamos no processo de planejar a estrutura dessa unidade. De qualquer forma, um assunto que vai receber uma ênfase maior é o que envolve a área de filantropia e sociedade civil.

**Jornal da ABONG - Qual deve ser o papel da ABONG?**

**Smith** - A ABONG é uma entidade fundamental, que a Fundação Ford apoiou desde o início. Na minha opinião, sua primeira tarefa é cuidar da imagem pública das ONGs. A ABONG também tem um grande papel na questão da formação das ONGs e de seus quadros, zelando pelo profissionalismo do setor. ■



# CARTA DE SÃO PAULO

*Em agosto do ano passado, Associações Nacionais de ONGs da América Latina reunidas em São Paulo produziram um documento - a Carta de São Paulo -, onde afirmam sua identidade comum, sua missão, seus objetivos e responsabilidades sociais. Leia a seguir a íntegra do texto.*

## I - Introdução

As Associações Nacionais de ONGs da América Latina, reunidas em seu primeiro encontro, em São Paulo, Brasil, em Agosto de 1995, consideram de substancial importância expor para o conhecimento público suas reflexões coletivas e a disposição de construir, daqui por diante, uma agenda comum de proposições das Associações Nacionais que sirvam de referência para o conjunto das ONGs da América Latina, assim como sua disposição de articular uma intervenção conjunta nos fóruns internacionais de que participem.

O fenômeno da globalização cria oportunidades de integração no campo da sociedade civil e abre novas perspectivas para a construção de uma cidadania planetária com a qual nossas ONGs e suas Associações Nacionais estão comprometidas. A realidade particular dos processos de ajuste estrutural, de aprofundamento da pobreza e da exclusão em nosso continente, paralelamente à ainda frágil conquista da democracia em nossos países, apresenta enormes desafios para todos os organismos civis que se articulam em torno da defesa dos direitos sociais e políticos e da melhoria da qualidade de vida dos latino-americanos.

O surgimento das ONGs como importantes atores no cenário público nos coloca diante da res-

ponsabilidade de desenvolver uma capacidade propositiva, bem como de fiscalização da atuação dos organismos públicos nacionais e internacionais e dos organismos bilaterais e multilaterais, de forma articulada com os demais atores comprometidos com o desenvolvimento social.



Joan Miró

Entendemos que a democracia em nossos países depende de uma presença ativa de múltiplos setores da sociedade civil que hoje se encontram privados de seus direitos e que a busca da equidade social não provém principalmente da ação do Estado mas da pressão dos movimentos sociais e das entidades que os articulam.

As ONGs, por intermédio de suas Associações Nacionais e das Redes Internacionais que as articulam em campos temáticos, querem demonstrar seu acúmulo de experiência, sua capacidade de

análise e proposições, através de uma ação conjunta, assim como pressionar os organismos multilaterais, as agências de cooperação internacional, os Governos Nacionais, para assumirem um compromisso com o cidadão latino-americano, reconhecendo seus direitos de participação efetiva nas decisões que afetam suas vidas e, por essa razão, revertendo as prioridades que hoje se expressam nos programas de estabilização econômica e abertura de mercados.

## II - As ONGs e as Associações Nacionais. Sua identidade e seu papel

As ONGs da América Latina são instituições privadas sem fins lucrativos que desde mais de três décadas assumiram um forte compromisso com o desenvolvimento econômico e social do continente e dedicaram o máximo de sua capacidade técnica e institucional para a realização de atividades que levassem a esse objetivo.

Hoje como ontem, estas instituições se caracterizam por sustentar um conjunto de valores em sua contribuição aos processos de desenvolvimento, entre eles a solidariedade, a justiça social e o aprofundamento permanente da democracia.

O compromisso social das ONGs juntamente com a natureza dos valores que elas sustentam definiram a orientação de seu trabalho para os setores excluídos e

discriminados de nossas sociedades. Por isso, a promoção e o apoio à consolidação de movimentos sociais de base foi e é uma finalidade central em sua razão de existir.

O auxílio que as ONGs podem dar ao fortalecimento e sensibilização dos diferentes atores sociais em sua visão crítica e propositiva, é uma contribuição à constituição de sociedades mais democráticas e integradas.

As ONGs se caracterizaram por elaborar propostas e executar programas com metodologias específicas: participativas, sinérgicas, inovadoras e com uma visão integradora das áreas do desenvolvimento.

Por outro lado, as ONGs têm uma vocação de coordenação e de aprendizagem com seus pares, com outros atores sociais e com o Estado.

A relação entre os valores, a visão do desenvolvimento e os métodos de trabalho marcam os modelos de financiamento e devem respeitar a identidade já expressada.

Apesar das mudanças que estão se produzindo no mundo de hoje com a globalização e a crise de certos valores, as ONGs devem afirmar sua identidade em sua visão do mundo, em seu processo de adaptação às mudanças, na relação entre Cooperação Internacional e desenvolvimento, na autonomia das opções institucionais, na coordenação e articulação com outros atores sociais e em propostas construtivas para a modificação das estruturas injustas de nossos países.

As Associações Nacionais de ONGs surgem nos países em

periodos recentes e com características próprias em cada caso. Entretanto, elas coincidem em potencializar ao máximo o espaço das ONGs no compromisso e trabalho pelo desenvolvimento e pela democracia.

Suas finalidades se identificam como representação das associadas: facilitar o intercâmbio, interinstitucional e inter-regional, compartilhar informação, constituir-se em fóruns de reflexão sobre temas de interesse comum, promover a defesa dos direitos das ONGs e uma legislação mais adequada à identidade de seus membros, desenvolver as instituições do setor, assim como zelar por uma maior visibilidade e legitimidade do espaço das ONGs.

Mas se destaca o papel das Associações como ator social junto a outros setores como os sindicatos, movimentos sociais, empresários e Estado.

A vocação de relacionamento com outras Associações dos países latino-americanos esteve sempre presente, e hoje mais do que nunca, como elemento essencial de negociação em relação à Cooperação Internacional e aos organismos internacionais.

---

*"As mudanças em nível mundial se refletiram na redução do fluxo de recursos para a América Latina"*

---

### III Cooperação Internacional

As transformações políticas e econômicas em nível mundial impactaram a orientação da cooperação internacional, refletindo-se

tanto na diminuição do fluxo de fundos para os países latino-americanos, como na redefinição de prioridades, dirigidas estas últimas para a estabilização econômica, mitigando os efeitos das políticas de ajuste estrutural.

Diante disso, as Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina consideramos que não somente nos cabe o direito de que a cooperação internacional se mantenha e se fortaleça em nossos países, como também o correspondente à definição da política de cooperação, e por consequência as prioridades temáticas na perspectiva de coadjuvar a concretização na ordem internacional de sociedades democráticas, justas e equitativas na América Latina.

Em termos políticos, isso significa o nosso direito e a obrigação das agências de cooperação internacional de estabelecer relações de novo tipo, caracterizadas por sua transparência e horizontalidade.

### V - Fundos Públicos

Com maior ênfase que os recursos da cooperação internacional, a aplicação dos fundos públicos responde à lógica da "globalização" e com o objetivo de compensar os impactos do modelo econômico neoliberal; mais ainda, dirigidos à fragmentação e desarticulação dos movimentos populares organizados.

Reivindicamos nosso direito a ser reconhecidos como entidades que contribuem para o bem-estar público e portanto a obrigatoriedade do Estado de outorgar-nos recursos públicos, não para que nos convertamos em executores

dos programas de compensação e com isso facilitar o processo de "enxugamento" dos Estados Nacionais; mas sim como sujeitos envolvidos no desenho, planejamento, definição e instrumentalização das políticas públicas de bem-estar social para o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, reivindicamos a esfera pública como espaço de intervenção e interesses da sociedade em geral, não restrita ao âmbito governamental.

## V - Prioridades

### A luta pelo desenvolvimento

Reconhecendo a existência de um novo cenário que atravessa o conjunto de nossos países, construir uma visão de integridade da realidade latino-americana que nos permita:

- desenvolver uma postura crítica frente aos processos sócio-políticos em curso;
- atuar de uma maneira propositiva e de apoio às forças sociais de mudança na formulação e implementação de novos paradigmas de desenvolvimento, formas de integração entre países latino-americanos, planos nacionais de desenvolvimento e projetos setoriais de políticas sociais.

O universo de atores com os quais temos nos relacionado em nossa história, com a redemocratização da América Latina, se ampliou dos movimentos sociais em suas diversas expressões para novas relações com outros setores da sociedade civil, com os Estados Nacionais e órgãos públicos em distintas instâncias, com organismos internacionais e multilaterais. Nos cabe formular uma estratégia de articulação das Associações Nacionais com os demais agentes

sociais de mudança para contribuir com o resgate da cidadania e da democracia em nossos países e na América Latina como um todo.

---

## *"Devemos formular uma estratégia para articular nossas Associações Nacionais com os demais agentes sociais de mudança"*

---

Para participar desse processo de construção de uma nova sociedade latino-americana, as Associações Nacionais de ONGs, a partir da mobilização de suas associadas, se propõem a promover um diagnóstico do estado do desenvolvimento de seu próprio país, posicionar-se frente ao projeto de desenvolvimento governamental, questioná-lo em seu sentido estratégico e oferecer propostas alternativas também a nível das políticas setoriais, especialmente as de saúde, educação, moradia, organização comunitária e participação.

Em seu conjunto, as Associações Nacionais de ONGs da América Latina se propõem a atuar nos fóruns internacionais que conformam as políticas de desenvolvimento para nosso continente.

A partir da compreensão de que os Estados nacionais e os fóruns internacionais são espaços de disputa com relação às alternativas de desenvolvimento, faz-se necessário que as Associações Nacionais desenvolvam um grande esforço de capacitação das ONGs associadas para a reali-

zação de diagnósticos e elaboração de propostas alternativas.

- Como decorrência desta perspectiva de intervenção em nossas sociedades e nos fóruns internacionais, as Associações Nacionais de ONGs da América Latina entendem ser da maior importância:

- elaborar uma Carta de Princípios comum às Associações Nacionais de ONGs da América Latina que, contendo a definição de nossas identidades, nossos compromissos éticos e políticos, se torne uma referência para o conjunto das ONGs, redes e demais formas de organização coletiva que, sabemos, não se esgotam nas nossas Associações Nacionais;

- lutar para que, tanto ao nível nacional como internacional, se tornem públicos dados e informações que permitam uma avaliação do uso dos recursos mobilizados para os processos de desenvolvimento nacional e do continente;

- desenvolver ações rápidas de solidariedade no caso de iniciativas que violem os princípios democráticos em que se sustentam as práticas de nossas instituições;

- conquistar uma maior visibilidade pública para expressar nossas posições, o que requer assegurar o direito à presença nos meios massivos de comunicação (jornais, rádio e TV) e nos capacitar para ocupar este espaço;

- elaborar uma agenda de prioridades que nos permita promover uma intervenção conjunta - nas quais possamos contar com a participação das redes internacionais de ONGs - junto aos fóruns e eventos internacionais; junto às agências de cooperação, junto às agências multilaterais. ■

# Compassos e Descompassos

Nem sempre os avanços das mulheres na esfera pública se refletem na vida privada

SÍLVIA CAMURÇA E MÁRCIA LARANGEIRA

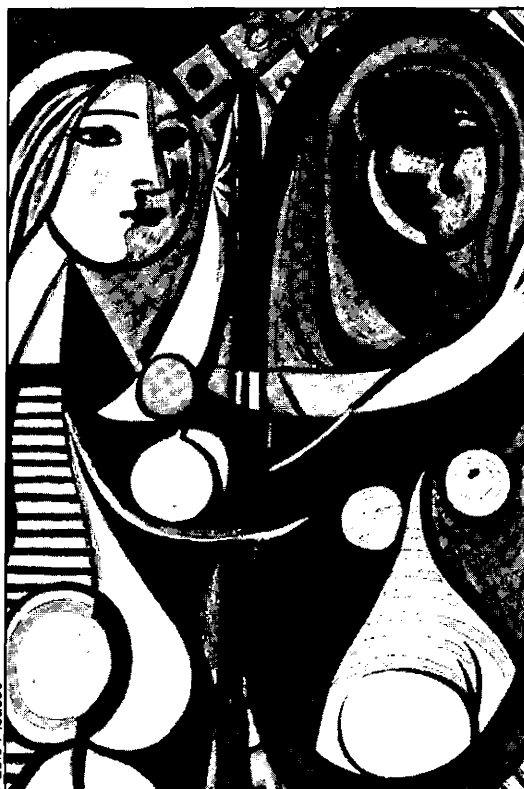
**H**istoricamente, o 8 de março tem se configurado como um marco da luta política das mulheres em defesa de seus direitos. A cada 8 de março, chega o tempo de comemorar conquistas e lembrar que ainda temos muito chão pela frente se realmente desejamos construir uma democracia baseada na igualdade entre mulheres e homens, só para nos atermos ao objeto deste artigo. Nos parece lógico, então, voltar o olhar para o cotidiano e a vida privada em sua relação com o mundo público, já que é no cotidiano que se materializam os resultados produzidos pelo exercício da cidadania.

Uma rápida revisão nos indica o caminho percorrido na igualdade pública no Brasil: inicia-se ao final do século XIX com os inúmeros debates acerca do direito das mulheres à escolarização básica em diferentes regiões do Brasil, passa pela conquista do direito ao voto em 1932 e amplia-se substantivamente na Constituinte de 88, sem esquecer os permanentes esforços do movimento de mulheres para sua regulamentação, incluindo-se a necessária revisão de leis anacrônicas, como algumas presentes, por exemplo, no Código Penal.

O caminho da igualdade até aqui produzida tem a marca do feminismo e de sua ação na politização, nos espaços públicos, das questões relacionadas ao privado. A luta contra a violência doméstica e sexual, a construção de um novo direito -- os direitos reprodutivos -- e sua qualificação como direitos humanos, a participação nos movimentos em defesa de melhores condições de infraestrutura -- como água, luz e saneamento -- para o trabalho doméstico e vida cotidiana são legítimas expressões dessa politização.

Por outra parte, é notório que alguns homens vêm fazendo uma revisão do comportamento masculino em decorrência da chamada "crise dos papéis" provocada pelo feminismo. Constituindo-se numa pequena parcela da classe média instruída e moradora dos grandes centros, eles expressam a incorporação das idéias

feministas no tocante às relações de gênero, no momento em que formam grupos de discussão, discutem sua participação na contracepção, reivindicam o direito à partenagem (cuidado com os filhos), passam a assumir tarefas domésticas e produzem análises sobre os problemas das relações desiguais de gênero para os próprios homens. Sem querer discutir aqui se este fato repre-



Pablo Picasso

senta ou não uma nova tendência de comportamento masculino no final do milênio, podemos ao menos supor que ele aponta para novas demandas no campo da cidadania, em termos de direitos e políticas sociais.

Entretanto, a ampliação do debate, a revisão de leis e normas e a atualização de estruturas institucionais, entre elas a família, não reverberam de forma imediata sobre o cotidiano, resultando em um grande descompasso entre as transformações ocorridas nas esferas pública e privada.

Ao mesmo tempo, a luta por políticas públicas que assegurem o exercício de direitos já estabelecidos na lei tem provocado uma reação dos setores conservadores que pode implicar um retrocesso no campo da cidadania. Hoje, o movimento de mulheres enfrenta poderosos opositores na sua mobilização pela derrubada da Proposta de Emenda Constitucional que visa anular o direito, instituído no Brasil em 1940, de aborto em casos de estupro ou risco de vida para a mulher. Mais do que ferir os direitos reprodutivos e ir de encontro à assinatura brasileira na Plataforma Ação da Conferência de Beijing, que recomenda a revisão das leis punitivas ao aborto, a PEC 25/95 atenta contra o direito da mulher de proteger sua própria vida se estiver em risco por conta de complicações na gravidez.

Mudanças na conjuntura colocam novas questões para antigas demandas: em tempos de flexibilização das relações de trabalho e crise do emprego, como retomar com vigor a luta por creches? Como garantir a não redução da licença-maternidade? Como efetivar a licença-paternidade para os homens e ampliar seus direitos no que toca, por exemplo, à ausência do trabalho para cuidar de filhos doentes? Como mobilizar para uma campanha de estímulo à divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres?

A dificuldade de aglutinar sujeitos em torno dessas e outras pautas do movimento de mulheres e os limites e impasses do desenvolvimento brasileiro indicam que, apesar do percurso de reconstrução das relações de gênero, ampliação dos direitos e cidadania das mulheres, ainda é preciso um dia internacional para lembrar que as mulheres são cidadãs e que efetivar seus direitos representa um benefício para toda a sociedade. ■

*Silvia Camurça, socióloga, é integrante do Coletivo de Coordenação do SOS CORPO - Gênero e Cidadania, e Márcia Larangeira, jornalista, é integrante da equipe técnica do SOS CORPO.*